



000078

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2023
JUSTIFICATIVA**

A Secretaria Municipal da Educação e Cultura, vem, em atendimento ao art. 26, *caput* da Lei nº 8.666/93, apresentar justificativa de inexigibilidade de licitação para a Contratação de show artístico **Mano Walter**, mediante seu representante exclusivo, para apresentação no tradicional evento em comemoração à 41ª Corrida de Jegue deste Município, a ser realizado no dia **17/09/2023**, conforme o quanto disposto neste processo.

Para respaldar a sua pretensão, trago aos autos do sobredito processo peças fundamentais: proposta de serviços e documentos daqueles profissionais e da empresa, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para a pessoa do futuro contratado.

Instada a manifestar-me, apresento justificativa de inexigibilidade de licitação *sub examine*, o que faz nos seguintes termos:

A Lei nº 8.666/93, art. 25, III dispõe, *in verbis*:

*"Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
(...)
III – para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."*

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação (*ex vi* do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); Ei-las:

- 1** - Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- 2** - Justificativa do preço.

Sabe-se que o citado Município de Itabi, por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar, no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios



000079

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

infraconstitucionais que demonstrarei a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

Definindo, de forma bastante clara e sucinta, o que seja necessário para uma contratação direta, nos moldes do art. 25, III da Lei de Licitações e Contratos, o festejado administrativista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, doutrinou:

"Para a regularidade dessa contratação direta existem três requisitos, além da inviabilidade de competição:

- que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional;*
- que seja feita diretamente ou através de empresário exclusivo;*
- que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."*¹

Analisando-se, agora, *pari passu*, os requisitos exigidos para se configurar a inexigibilidade, além da inviabilidade de competição, veem-se que o profissional que se pretende contratar: Mano Walter, preenche o mesmo, conforme a documentação apresentada.

Assim, de cada um dos requisitos preestabelecidos, temos:

➤ Que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional – A Lei nº 6.533/78, em seu art. 2º, assim define o artista:

"Art.2º - Para os efeitos desta lei, é considerado:

I - Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública;"

Um ano para ficar na memória de José Walter Tenório Lopes - **Mano Walter**. Em 2018 ele conseguiu levar sua música para todo o país e foi o artista nordestino que mais cresceu no mercado fonográfico. É destaque nas plataformas digitais, em seu canal de vídeo e, tudo isso, contribuiu para uma agenda com média de 25 shows mês.

Natural de Quebrangulo – AL, filho de professora e pecuarista, sua infância foi no campo junto com seus dois irmãos. O contato mais efetivo com música aconteceu na Escola Técnica em Palmeiras dos Índios - AL. Incentivado por amigos gravou seu primeiro CD, "Cavalo Ciumento".

Em Maceió- AL, cursou faculdade de engenharia agrícola e se pós graduou em engenharia de segurança. O foco nos estudos não o afastou da música. Pelo contrário, foi neste período, 2005, que montou sua primeira banda de forró.

Em 2014, Mano Walter ganhou destaque no nordeste com a música "Playboy Fazendeiro", mas foi em 2015 com "Balada do Vaqueiro" que a carreira deu uma guinada,

¹ *in* Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta Sem Licitação. Brasília Jurídica.



000080

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

esta canção foi a mais tocada nas bandas de forró, incluindo, Aviões e Wesley Safadão. Renomados nomes da música sertaneja também incluíram o hit em seus repertórios.

O primeiro DVD foi gravado em abril de 2016, "Mano Walter – Ao Vivo em Maceió", com uma mega estrutura, no repertório foram 20 canções inéditas. A participação de Marília Mendonça, na faixa "O Que Houve?", atingindo mais de 200 milhões de visualizações. Outro marco na carreira de Mano foi "Não Deixo Não", que elevou seu nome em nível nacional e se manteve no TOP 100 da Billboard Brasil sendo destaque como um dos principais vídeos brasileiros no YouTube, tornando o cantor o segundo mais visto no segmento forró.

Em 2018 Mano Walter assina contrato com a gravadora, Som Livre. E lança seu mais novo projeto, o álbum intitulado: "Mano Walter – Sem Rótulos", com participações especiais, como a dupla, Henrique e Juliano, Maiara e Maraisa, Xanddy Harmonia e Thierry. O clipe "Juramento do Dedinho", viralizou e se tornou um dos maiores sucessos do ano.

Para fechar o ano de conquistas, o cantor apostou na gravação DVD intitulado: Mano Walter

- Ao Vivo em São Paulo, no Credicard Hall, um sonho de Mano se realizava. Amigos que o cantor ganhou ao longo de sua trajetória como Jorge (da dupla Jorge e Mateus), Claudia Leite, César Menotti e Fabiano, Xand, Maiara e Maraisa e Gustavo Mioto dividiram o palco em participações com o Mano Walter. O novo DVD lhe rendeu frutos e em 2019, o vaqueiro foi parar no Grammy Latino. Indicado pela primeira vez, Mano concorreu na categoria "Melhor Álbum de Música Sertaneja".

Mano Walter se consolidou como Rei do Forró no YouTube e em apenas uma faixa, "Não Deixo Não", ultrapassou a marca de 415 milhões de visualizações. Com o feito, o cantor bateu um recorde histórico e se tornou o cantor número 1 do segmento na plataforma de vídeos, onde acumula quase 2 bilhões de visualizações em seu canal.

Para o ano de 2020, Mano apostou nos singles e lançou verdadeiros hits. Com as parcerias, Mano agregou diversos estilos à sua música. "Simplesmente Mano", "Tô Disponível", "Misturou" com participação de Léo Santana, "Carnaval do Vaqueiro", "Avião de Papel" com pianista clássica Juliana D'Agostini, e "Matuto de Verdade" e "Tropecei", com participação de Wesley Safadão. Ainda teve "Me Diz como é Que Faz" com participação de Raí Saia Rodada, "Deu Medo" com Márcia Felipe e "Chorona" com Paula Fernandes. Todas essas faixas estão no álbum "Histórias".

Mano Walter segue consolidando sua música de norte a sul do país. Não à toa, a capa do último álbum lançado reflete esse espírito, do vaqueiro que leva no coração sua cultura e a paixão por suas raízes, mas que com muita fé e trabalho ganhou a cidade grande. Sempre com novos projetos, o cantor busca cada vez mais um repertório diversificado, abrangendo do sertão a capital, prometendo agradar a todos os públicos.

Ademais, Cantora **Mano Walter**, é reconhecido nacionalmente graças às plataformas de mídia, citando algumas delas tem-se: youtube, spotify, sua música, amazona music, dentre outras.

- **Que seja feita diretamente ou através de empresário exclusivo** – A contratação se dará através de empresário exclusivo para a realização desse espetáculo, qual seja: **NOVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o 19.079.444/0001-**



000081

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI**

92, consoante documentação apresentada. Ademais, como o produto da contratação se concretiza num objeto material (realização de shows), este Município irá obtê-lo como resultado direto do contrato. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes nos ensina que *"não há nenhuma exigência sobre o meio de demonstrar a exclusividade, sendo aceita normalmente a declaração feita pelo próprio artista de que determinada pessoa é seu agente exclusivo"*². Dessa forma, dispensamos maiores comentários a respeito, ante a clareza cristalina da contratação.

- **Que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública** – o Cantor Mano Walter já é reconhecido nacionalmente. Novamente, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, por excelência, esclarece-nos:

*"Já foi questionado, em seminário promovido pelo Centro Brasileiro para Formação Política, se o fato notório da consagração pela opinião pública necessita ser demonstrado nos autos. É óbvio que não se pretende que o agente faça juntar centenas de recortes de jornais, por exemplo, sobre o artista, mas que indique sucintamente por que se convenceu do atendimento desse requisito para promover a contratação direta, como citar o número de discos gravados, de obras de arte importantes, referência a dois ou três famosos eventos."*³

Marçal Justen Filho, também nesse sentido:

*"A exigência da consagração perante a crítica ou a opinião pública destina-se a evitar comparações arbitrárias. A Lei admite a possibilidade de contraposição entre a opinião da crítica especializada e a opinião pública. Basta uma das duas hipóteses para autorizar a contratação. Em qualquer caso, o dispositivo deve ser interpretado de modo coerente com a natureza do interesse público."*⁴

Nesse sentido, todas essas recomendações foram devidamente cumpridas.

Devemos, ainda, encarar a questão da pretendida contratação em dois pontos básicos e cruciais: ser estabelecida exclusivamente à luz do interesse público e visar à realização do bem comum. E, assim, podemos constatar, hialinamente, que ambos se fazem presentes no objeto da contratação, pois o fim ao qual se destina a contratação, qual seja a realização de um show dessa magnitude, com profissional desse quilate, em comemoração à tradicional festa da 41ª Corrida de Jegue deste Município, possui, eminentemente, interesse público, haja vista que a manutenção de tal evento implica diretamente na continuidade e fortalecimento da história cultural do Município, que por sua vez destaca-se no cenário estadual na realização da festividade em comento, certamente a mais importante no cenário do calendário cultural municipal, oferecendo-a como um presente aos munícipes, no intuito de enriquecer e fortalecer suas raízes culturais, além de atrair turistas de eventos, e propiciando a divulgação da imagem da cidade e suas potencialidades turísticas, indubitavelmente, são, eminentemente, de interesse público e, ainda, visam à realização do bem comum, através do

² Ob. cit.

³ Ob. cit.

⁴ Ob. cit.



000082

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

encontro e confraternização da população em data tão significativa, e essa melhoria se refletirá na sociedade, através do potencial desenvolvimento do turismo durante o período festivo, para aqueles que aqui vivem e que aqui visitam, bem como o estímulo ao comércio local, mediante a comercialização realizada no período, gerando recursos para o Município e atuando como fonte geradora de emprego e renda para a população.

Outrossim, é do conhecimento de todos os munícipes, que a aludida festividade faz parte do calendário cultural do Município de Itabi/SE, o que nos impulsionou a dar continuidade a esse evento.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, por excelência, esclarece-nos:

*"Pode a Administração necessitar promover a contratação direta, hipótese restrita, ditada pelo interesse público. Nesse caso, não deve ser olvidado que a individualidade da produção artística acarreta, em regra, a inviabilidade de competição. É justamente a ausência de parâmetros que assegura a criatividade humana."*⁵

Marçal Justen Filho, com lapidar clareza, assere:

"Portanto, somente quando se fizer necessária a contratação de profissionais para desenvolvimento de atividades de satisfação do interesse público é que se poderá aplicar o dispositivo."

E, nesse diapasão, complementa:

*"A atividade artística consiste na emanção direta da personalidade e da criatividade humanas. Nessa medida é impossível verificar-se identidade de atuações."*⁶

Vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 25, III da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha do Artista, por consequência, representada pela **NOVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ sob o nº 19.079.444/0001-92**, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela se enquadra, perfeitamente, nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta. Cabe, ainda, reiterar que o serviço a ser executado é singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, *"todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana"*, sendo que o profissional a ser contratado possui experiência nesse campo, além da exclusividade com a empresa suso aludida.

⁵ Ob. cit.

⁶ in Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética.



000083

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI**

2 - Justificativa do preço – Conforme se pode constatar através da confrontação dos valores cobrados anteriormente, ainda que individualizado o serviço, e da proposta apresentada pela **NOVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ sob o nº 19.079.444/0001-92**, para esse show, verifica-se facilmente ser este compatível com os praticados no mercado. O eminente Prof. Jorge Ulisses, em nota de rodapé, informa-nos que *"Nesse ponto, parece que a melhor regra não é buscar o preço de 'mercado', mas observar quanto o mesmo artista cobra pelo espetáculo equivalente de outros órgãos da Administração Pública. Regra que se coaduna com o art. 15, V, da Lei nº 8.666/93."*⁷

Outro ponto que não se pode deixar de destacar é a condição de pagamento. Neste sentido, vejamos o que reza o art. 40, XIV, d, da Lei 8.666/93:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: [...]

XIV - condições de pagamento, prevendo: [...]

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

Nesse sentir, apesar de os artigos 62 e seguintes da lei nº 4.320/64 disciplinarem o passo a passo para realização do pagamento, o art. 40, XIV, d da lei nº 8.666/93 estabelece uma possibilidade excepcional de adiantamento do pagamento."

E de acordo com a Decisão TC Nº 1975, Processo TC nº 000199/2017, em resposta à consulta promovida pelo município de Itabaiana na 1ª Sessão Extraordinária do Pleno de 14 de junho de 2017, decidiu que:

"ESCLAREÇA-SE ao Consulente que é possível a antecipação de pagamentos efetuados pela Administração Pública, de forma excepcional, para contratações de artistas consagrados a que alude o art. 25, III, da Lei n. 8.666/93, desde que haja a previsibilidade no edital e contrato ou nos instrumentos que formalizam a contratação direta, mediante oferecimento de indispensáveis garantias ou cautelas, efetivas e idôneas, com clara indicação de que esta seria a única forma de viabilizar a referida contratação, para que não se constitua indiscriminado privilégio contratual em favor de determinado segmento empresarial, devendo o gestor avaliar e justificar a necessidade, a oportunidade, as regras de mercado e a vantagem para a Administração em antecipar dito pagamento e até que percentual antecipar, tudo isso sob o julgo da sua discricionariedade e responsabilidade pessoal". Aprovado por unanimidade. (sem destaques no original)

Mais adiante, esta egrégia corte sedimentou esse entendimento através do Ofício Circular nº 03/2017/GP/DITEC, publicado em 21/11/2017.

⁷ Ob. cit.



000084

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI**

Reponha extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação.

Por fim, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando a tradicional Festa da 41ª Corrida de Jegue deste Município, conhecida em todo o Estado;

Considerando a necessidade de se comemorar evento tão especial, já enraizado na cultura desta localidade;

Considerando que a realização dos shows para a comemoração desse evento é algo de suma importância;

Considerando que o Município de Itabi/SE não pode deixar de participar, ativamente, das comemorações alusivas a tal evento;

Considerando, que a realização de tal evento sempre foi de responsabilidade deste município;

Considerando, ainda, que a realização do evento é de interesse público, pois fomenta a manutenção da cultura, bem como o turismo regional;

Considerando, por fim, que a banda musical constante da proposta de preço, como é do conhecimento de todos, integra modalidade de grupo popular, cujo estilo é diverso. Indubitavelmente, este requisito dispensa maiores comentários, pois, pelo que toda humanidade é sabedora de que "música é arte", pouco importando a sua espécie, desde que respeitados a moral e os bons costumes.

Perfaz a presente inexigibilidade o valor total **R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais)**, sendo que as despesas decorrentes para contratação serão por conta da seguinte classificação orçamentária:

2 - EXECUTIVO
ORGÃO: 2 - PREFEIRURA MUNICIPAL DE ITABI
UNIDADE: 7007 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ATIVIDADE: 13.392.0004.2324 - MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS
3390.39.00.00 - OUTROS SERV. TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000

Finalmente, porém não menos importante, *ex posistis*, opino pela contratação direta dos serviços artísticos da Cantora Samyra Show, por intermédio da **NOVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ sob o nº 19.079.444/0001-92**, sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 25, III, c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Portanto, com fundamento nas razões fáticas e jurídicas, submeto, pois, esta Justificativa à Vossa Excelência, para, querendo, ratificá-la, determinando sua publicação no



000085

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

prazo de cinco dias, no mecanismo de imprensa oficial deste Município, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Itabi/SE, 03 de agosto de 2023.

Caroline Aragão Ceu Melo
Carolina Aragão Ceu Melo
Secretária Municipal de Educação e Cultura

*Ratifico a presente justificativa e, por conseguinte,
aprovo o procedimento. Publique-se!*

Em 03 / 08 / 2023.


AMYNTAS BARRETO JÚNIOR
Prefeito do Município